

negócios **mais.**
edição especial

Este suplemento é parte integrante do Jornal de Negócios nº 2005, de 18 de Maio de 2011, e não pode ser vendido separadamente

✓ **FRANCISCO SILVA**
Fenacam quer economia social na Constituição

✓ **EDUARDO GRAÇA**
Austeridade em alta, exige mais a redes sociais

VEJA MAIS EM NEGOCIOS.PT

O crédito agrícola e os caminhos da economia social

Com o sector a assinalar 100 anos de existência, responsáveis do crédito agrícola mútuo reivindicam as “mesmas armas” da banca comercial, para poderem concorrer no mercado em pé de igualdade.



Maia, Caldas da Rainha (centro cultural e de congressos da cidade, na foto) e Beja foram palcos de debate sobre a economia social e o papel que cabe ao crédito agrícola na dinamização do chamado terceiro sector.

Crédito agrícola e economia social

JOÃO COSTA PINTO, PRESIDENTE DA CAIXA CENTRAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

Crédito agrícola “tem que ter as mesmas armas da concorrência”

No ano em que se tornam centenárias, as caixas de crédito agrícola querem ganhar direito a competir livremente com a chamada banca comercial

JOÃO MALTEZ jmaltez@negocios.pt
BRUNO SIMÃO Fotografias

Com um rácio de solvabilidade superior a 12%, já acima dos 10% impostos à banca comercial em 2013, o crédito agrícola chega ao ano do seu centenário em plena forma. João Costa Pinto, presidente do Conselho de Administração da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, explica ao **Negócios** nesta entrevista que foi a prudência aquilo que permitiu ao sector enfrentar a crise com tais resultados positivos.

Os resultados do Crédito Agrícola têm resistido à conjuntura actual. Como é que explica este bom comportamento?

Isso decorre da própria natureza do crédito agrícola. É uma banca de base cooperativa que desenvolve uma actividade muito marcada pela proximidade às comunidades onde teve origem. É uma banca de proximidade, de certa forma conservadora e muito virada para as necessidades do próprio desenvolvimento económico e social local das regiões onde opera. Isto faz com que tenha enfrentado as complexidades desta crise a partir de uma base bastante sólida.

É essa base sólida que vos permite ter níveis de solvabilidade melhores que os apresentados pela banca comercial?

O crédito agrícola atingiu um nível de solvabilidade que já responde às necessidades não para 2011, mas para 2012. De acordo com o memorando de entendimento assinado entre as autoridades portuguesas e o FMI, o BCE e a Comissão Europeia, os bancos têm que ter um rácio de solvabilidade “core tier 1” de 9% em 2011 e de 10% em 2012. O crédito agrícola chegou ao final de 2010

com um rácio de solvabilidade core superior a 12%.

E ao nível da liquidez?

O crédito agrícola, como a generalidade da banca cooperativa europeia, desenvolveu uma banca que lhe permitiu que nunca tivesse atingido grandes níveis de alavancagem. Por isso, está numa situação de conforto.

Nas conferências já realizadas no âmbito do centenário do crédito agrícola aludiu aos produtos tóxicos comercializados pela banca e que estiveram na origem da crise actual. Pretendeu criticar a banca comercial?

Como sabe, a banca portuguesa não esteve envolvida na comercialização intensa desses produtos. Aliás, podemos mesmo dizer que a banca portuguesa tem enfrentado bem os efeitos da crise. Era uma crítica implícita à forma como os grandes bancos internacionais criaram condições que levaram ao desencadear da crise, primeiro nos Estados Unidos e depois noutros países europeus.

Como evitou a banca cooperativa esse tipo de produtos?

Dada a sua natureza, esta banca sempre manteve padrões de prudência e até de algum conservadorismo no desenvolvimento da actividade bancária.

Por que razão quer o crédito agrícola como “prenda” de aniversário dos 100 o estatuto de banca universal? Em que é que isso vos beneficia?

O assunto tem de ser clarificado, para não dar origem a mal-entendidos. As caixas de crédito agrícola têm um estatuto que ainda está, de alguma forma, ligado às suas origens. As caixas surgiram para responder a



“Conforto” é marca no centenário

A circunstância de o crédito agrícola estar a comemorar o centenário numa posição de conforto, tendo em conta as grandes dificuldades - devido à crise - em que o sistema financeiro internacional e local se encontra é, para João Costa Pinto, um factor de satisfação numa altura em que o sector comemora os seus 100 anos. Mas o que gostaria o presidente da Caixa Central que ficasse como marca no ano do centenário? Costa Pinto responde: “Se eu posso ter algum desejo, é que o crédito agrícola assuma o lugar a que tem direito no sistema financeiro português e na sociedade portuguesa e que seja reconhecido por todos o contributo inestimável e, sob alguns aspectos, único, que tem dado para o desenvolvimento económico e social de vastíssimas regiões do País”.

necessidades de financiamento de produtores agrícolas, de agricultores, de pequenos negócios locais. O seu regime jurídico ficou muito marcado por isso, o que fazia com que as caixas tivessem limitações de operar certos segmentos do mercado bancário que estavam destinados mais à restante banca comercial.

Hoje já não é essa a realidade?

Hoje as caixas de crédito agrícola estão abertamente no mercado. São obrigadas a competir com o resto da banca. Mas estamos a enfrentar esta crise a partir de uma plataforma sólida, quer em termos de liquidez, quer em termos de solvabilidade, por isso não vemos razões para continuar a ter certas limitações operativas que nos condicionam a capacidade para competir livremente com a outra banca.

Querem ter armas idênticas às da restante banca?

A verdade é que mercados tradicionais das caixas estão a ser de forma progressiva “atacados” pela concorrência. As caixas têm que ter as mesmas armas.

Já houve uma alteração do regime jurídico aplicável às caixas em 2009.

Ai já foram dados passos importantes no sentido da abertura à possibilidade de sector operar com associados e clientes não pertencentes às caixas agrícolas, também é preciso ter presente que o peso da actividade agrícola na economia portuguesa foi-se reduzindo de forma progressiva. Se essa abertura não se verificasse, o mercado natural das caixas de crédito agrícola estava em redução rápida e isso podia criar-lhe dificuldades.

Que balanço faz dessa reforma?

É muito positivo. Já foi aberta às caixas a possibilidade de terem, por exemplo, associados cooperantes até 35% do número de associados total, que podem ser de outros sectores de actividade. Mediante uma autorização especial, podem ir até 50%. Consideramos que não faz sentido esta limitação. Se olharmos para o que aconteceu em França, Holanda ou noutros países onde o movimento cooperativo bancário teve origens idênticas ao crédito agrícola, essas limitações desapareceram.

O crédito agrícola atingiu um nível de solvabilidade que já responde às necessidades não para 2011, mas para 2012.

JOÃO COSTA PINTO
Presidente da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo

negocios.pt
Saiba mais

Entrevista

Troika, taxa social única e juros
O economista Costa Pinto fala da situação actual do país e do que aí vem. Leia tudo no **Negócios** online.

Sector “nunca fez arbitragens fiscais com ‘off-shores’”

No âmbito do empréstimo internacional que vai ser feito ao País, o sector cooperativo vai deixar de beneficiar de uma taxa reduzida de IRC. De que forma se irá reflectir no crédito agrícola esta nova realidade?

Antes de mais há uma questão que deveria ser reflectida pelo Governo. O sector cooperativo em geral, não apenas o crédito agrícola, está, por via da regra, ligado às iniciativas das comunidades para a resolução de problemas fundamentais. Ai merece um apoio particular. Penso que isso não terá sido explicado devidamente aos técnicos que cá estiveram, porque se tal tivesse sucedido, não teria havido um dispositivo tão genérico para acabar com essas reduções ou isenções que existem.

Mas se estas medidas avançarem, o

crédito agrícola terá de contar com uma maior carga fiscal.

Em bom rigor, se formos ver, de ano para ano, o nível de impostos pelos quais o crédito agrícola tem de responder fazem com que, no sector bancário, seja o grupo que mais paga impostos. Já tem pago uma taxa efectiva de impostos superior a 25%.

E por que razão pagam já as caixas mais impostos do que a chamada banca comercial?

Porque o crédito agrícola, dentro da sua concepção conservadora e tradicional da banca, nunca fez arbitragens fiscais com “off-shores” e tem pago uma taxa efectiva de imposto que é das mais elevadas, se não a mais elevada. Não vai ser particularmente afectado por esta medida. Embora considere que as tran-

sacções no interior do sector cooperativo, há razões para manter de facto o nível de tributação inferior.

Para estar em pé de igualdade com a restante banca, defenderia uma equiparação fiscal?

Os bancos que pagam taxas efectivas inferiores pagam-nas de forma legítima, utilizando os instrumentos que a lei permite. O que afirmo é que o crédito agrícola tem pago taxas efectivas de imposto relativamente elevadas. Não veja nisto uma crítica às taxas pagas pelos outros.

O certo é que o crédito agrícola paga mais.

Porque não fazemos o tipo de arbitragem fiscal que outros têm podido fazer. É uma constatação de facto.

Grupo tem activos de 14 mil milhões de euros, quase 9% do PIB português

Presidente do conselho geral realça solidez financeira do sector

Os activos do grupo financeiro que congrega o crédito agrícola “excede já os 14 mil milhões de euros, o que representa perto de 9% do Produto Interno Bruto (PIB) português”. O número, avançado pelo presidente do conselho geral e de supervisão da Caixa Central de Crédito Agrícola, Carlos Courelas, é apenas um dos indicadores apontados por este responsável para demonstrar a solidez financeira de que o sector goza, apesar da crise com que o País se defronta.

De acordo com o presidente do conselho geral, o crédito agrícola está actualmente numa situação particularmente confortável, pese embora a conjuntura adversa que atravessamos. Basta referir, como o fez Carlos Courelas, que a instituição bancária tem actualmente uma solvabilidade de rácio “tier 1”, o mais crítico no actual contexto regulatório, de mais de 12%. Muito acima do exigido pelo Banco de Portugal (8%), mas também dos valores a que a restante banca terá de dar resposta em 2011 (9%) e em 2012 (10%).

“Em todo um século de existência, sem ajuda de ninguém, e tendo mesmo por vezes de lutar contra obstáculos incompressíveis, soubemos criar um grupo financeiro, de dimensão nacional, e que é já mais uma referência de qualidade no seio da banca cooperativa europeia”, afirmou Carlos Courelas na última quinta-feira, num encontro em Beja, no âmbito de um ciclo de conferências nacionais com que o sector assinala o seu centenário.

Antes da cidade alentejana, Maia e Caldas da Rainha foram também palco de sessões comemorativas, marcadas por um conjunto de intervenções onde esteve em análise “O Crédito Agrícola e a Economia Social”. O centenário continuará a



Carlos Courelas, presidente do conselho geral de supervisão da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo.

O grupo conta com 1,2 milhões de clientes e dispõe de um conjunto de 700 balcões.

ser celebrado no dia 25 de Maio, em Lisboa, com uma conferência internacional a sobre o sector financeiro e a banca cooperativa, iniciativa que contará com a presença do governador do Banco de Portugal.

Mais de 700 balcões

Com mais de 1,2 milhões de clientes, 400 mil associados e cerca de 4.300 colaboradores, o Grupo Crédito Agrícola é composto por 85 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo e pela Caixa Central que, em conjunto, detêm mais de 700 balcões espalhados pelo continente e Região Autónoma dos Açores. De salientar ainda que em 250 localidades o crédito agrícola é a única instituição financeira e, em mais de 450, as caixas multibanco desta rede são o único ponto de contacto das populações com o sistema bancário.

Crédito agrícola e economia social

Sector dá respostas locais num contexto de globalização

Num contexto de globalização, “a economia social fortalece uma visão do mundo centrada nos valores do humanismo, da tolerância e da solidariedade”. A ideia foi expressa por Jorge de Sá, professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCS), no decorrer do ciclo de conferências organizado para assinalar o centenário do crédito agrícola mútuo em Portugal.

Se para as grandes empresas, nomeadamente as que estão associadas a redes transnacionais, “poderá ser fácil deslocalizar investimentos e destruir equilíbrios estabelecidos ao longo de pouco tempo”, as empresas de pequena ou média dimensão, como as que se inserem na eco-



Jorge de Sá, professor de marketing e opinião pública do ISCS.

nomia social, “nomeadamente a nível local, não se deslocalizam, porque são parte integrante do território em que se inserem e é nele que encontram a sua identidade”, disse o docente do ISCS.

É neste último âmbito que Jorge de Sá enquadra o papel das caixas de crédito agrícola, lembrando a presença de proximidade que estas têm mantido ao longo dos últimos 100 anos. Uma presença que se enquadra na lógica das redes sociais locais, assente em valores éticos e solidários e enquadrada no sector da economia social.

Há contudo ganhos em integrar na acção colectiva os diferentes sectores da economia – privado, social e estatal – “de forma a assegurar um equilíbrio plural, livre e mais igual na satisfação das necessidades das populações”, sustenta o docente.

Contudo, defende Jorge de Sá, “o papel da economia social enquanto motor desse equilíbrio é, não só desejável como também possível ou até indispensável para a obtenção de um desenvolvimento harmonioso centrado nas pessoas e na sua justiça e na luta pela felicidade”.

FRANCISCO SILVA

Presidente da Fenacam defende economia social na Constituição

Francisco Silva quer também que crédito agrícola seja “banca universal”



Francisco Silva | À instituição a que preside compete a representação política e institucional do crédito agrícola junto das entidades nacionais e estrangeiras.

JOÃO MALTEZ

O presidente da Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (Fenacam), Francisco Silva, defende que, numa próxima revisão, a Constituição da República acolha o conceito de economia social. Tratar-se-ia, na sua perspectiva, de adaptar aos dias de hoje a designação de uma realidade que está inscrita no texto fundamental como sector cooperativo e social, dando-lhe outra dimensão e uma maior representatividade.

“Há uma economia pública, uma economia privada e uma economia social. Foi possível constituir o Conselho Nacional da Economia Social (CNES), onde estão as cooperativas, as mutualidades, as instituições particulares de solidariedade social, as misericórdias, algumas associações ou as fundações. São organizações muito diferenciadas, mas que podem perfeitamente ter consagração constitucional com a designação de economia social”, justifica ao **Negócios** Francisco Silva.

Antigo deputado, o actual presidente da Fenacam lembra que integrou o grupo de parlamentares que contribuiu para inscrever na Consti-

tuição o conceito de sector cooperativo e social, respondendo assim à necessidade de solucionar o problema dos terrenos baldios. “Era uma figura de difícil enquadramento jurídico e institucional. A solução foi criar a designação de sector cooperativo e social. Mas as coisas naturalmente evoluem, pelo que a designação pode evoluir na próxima revisão constitucional para economia social”, defende.

Assegurar que o sector acompanha as mudanças, adaptando-se, e reforçar a capacidade de intervenção das entidades ligadas à economia social é outra das ideias igualmente assumidas por Francisco Silva. Em sua opinião, os agentes da economia social devem fazer um esforço para que o CNES tenha uma maior organização, uma maior capacidade reivindicativa e que conte com uma menor presença da administração pública e do Estado neste órgão.

Sector quer “carta de alforria”

Sobre o grupo profissional que representa no seio da economia social – as caixas de crédito agrícola – diz que este está de boa saúde, recomendando-se e está no mercado. Não deixa contudo de afirmar que as caixas têm de

“organizar-se cada vez mais e de serem geridas com grande sentido profissional”. No entanto, Francisco Silva deixa um reparo, quando lembra que além de serem um banco tradicional, estas instituições têm outras obrigações de natureza social. “Têm de responder a situações difíceis e isso não lhes é, por vezes, reconhecido pelo Estado. Têm um regime fiscal em que pagam, praticamente, o mesmo das outras empresas e mais do que os outros bancos”, evidencia o presidente da Fenacam.

Até por isso, a federação e a Caixa Central tem vindo a dialogar com o governador do Banco de Portugal para que seja possível apresentar, junto do futuro governo um projecto que permita ao crédito agrícola obter estatuto de banca universal, passando a ter a oportunidade de estar no mercado em pé de igualdade com a banca comercial. “No ano do centenário temos que ter a nossa carta de alforria. Temos que dar o grito do Ipiranga. Queremos ser bancos universais. Mais que prenda, queremos o reconhecimento pelo grande serviço que o crédito agrícola tem prestado ao País ao longo de 100 anos”, reivindica Francisco Silva.

As caixas têm de responder a situações [de cariz social] difíceis e isso não lhes é reconhecido pelo Estado. Têm um regime fiscal em que pagam, praticamente, o mesmo das outras empresas.

FRANCISCO SILVA

Presidente da Fenacam

E se contribuirmos para reduzir assimetrias? Então, prestamos um serviço público

O crédito agrícola é ou não uma organização de economia social? “Claramente sim”, responde Américo Mendes. “É uma organização que pela sua distribuição ao longo do território presta um serviço público de redução das disparidades sociais a nível regional”, evidencia este professor da Universidade Católica do Porto, um dos oradores convidados a participar no ciclo de conferências destinadas a assinalar o centenário do crédito agrícola.

Para o docente, são vários os exemplos que permitem ligar esta rede de associativismo cooperativo bancário à economia social. Desde logo a sua génese, mas igualmente a forma como tem vindo a prestar apoio a instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou a outras organizações de idêntico cariz.

Num tempo e numa conjuntura marcados por uma grave crise económica e financeira, as questões que se colocam no domínio social ao crédito agrícola, “como aliás ao conjunto da sociedade portuguesa”, são particularmente desafiantes. Numa perspectiva traçada pelo professor da Católica, o apoio a nível local ao trabalho desenvolvido pelas IPSS é um dos domínios de intervenção a que é necessário dar resposta.

Se mais razões não existissem para explicar as dificuldades à espreita, basta lembrar o facto de uma boa parte do financiamento dessas organizações ter origem no Estado e de este, nos anos que avêm, poder tornar-se “cada vez menos social”.

“Este tecido precisa de se reestruturar, ganhar eficiência. Precisa de fazer a revolução silenciosa que o crédito agrícola foi capaz de fazer nos últimos 30 anos. Centralizando o que é preciso centralizar, descentralizando o que é preciso descentralizar”, evidencia o académico, acrescentando que o crédito agrícola poderá servir de modelo à reforma destas instituições, mas também intervir no apoio às reestruturações que aquele sector necessita fazer.

Jovens e menos jovens da “velha economia”

Há uma outra dimensão em que Américo Mendes defende a acção directa do crédito agrícola, aludindo a dois problemas sociais que afectam a sociedade e cuja resolução se afigura de alguma complexidade. No País, há centenas de milhares de jovens que não estudam nem trabalham. “É



Américo Mendes | Defende o microcrédito para quem quer criar o próprio emprego.

preciso encontrar forma de essa gente ganhar alguma qualificação”, enfatiza. Mas há um outro grupo, o das pessoas com mais de 40 anos, de baixas qualificações, e em situação de desemprego. É o grupo dos que designa como “vítimas de uma velha economia que está a morrer”.

“É gente que tem 30 anos de vida à sua frente, casas para pagar, filhos para criar... Este grupo tem hábitos de trabalho. Nalguns casos, não poucos, gostariam de criar o seu próprio emprego”, diz, adiantando que o apoio, através do microcrédito, à criação de novos postos de trabalho neste segmento da população é uma das vertentes em que o crédito agrícola poderá intervir.

[Há instituições da economia social a precisar de] fazer a revolução silenciosa que o crédito agrícola foi capaz de fazer nos últimos 30 anos.

AMÉRICO MENDES

Professor da Católica do Porto

Instituições de crédito e também cooperativas

“Por um lado são cooperativas, por outro são instituições de crédito”. Deolinda Meira, professora do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), define desta forma a dupla realidade jurídica a que têm de responder as caixas de crédito agrícola mútuo. Contudo, dentro desta realidade definida pelas leis, outras se lhe acrescentam e também delimitadas em termos jurídicos: são empreendimentos sociais e promotores da formação dos seus associados e... não só.

Num período de crise, e quando são colocadas em evidência “as ineficiências das estratégias clássicas para a resolução dos problemas sociais, houve, nos tempos recentes, uma redescoberta do sector cooperativo e do sector da economia social em geral. Quer por parte do poder económico e jurídico, quer por parte das organizações internacionais”, evidencia Deolinda Meira.

Em sua opinião, “o sector da economia social tem vindo a afirmar-se como um pólo intermédio de ligação entre o sector privado e o sector público, procurando encontrar soluções para problemas tão relevantes como o desemprego de longa duração, a exclusão social, o bem estar no meio rural e nas zonas urbanas degradadas, saúde, educação, a qualidade de vida da população reformada...”.

Um sector que mantém e reforça o modelo social europeu

Tal como evidencia a docente do ISCAP, uma resolução do Parlamento Europeu, de 19 de Fevereiro de 2009, sobre a economia social, afirma que este sector desempenha um papel fundamental na manutenção e no reforço do modelo social europeu. Desde logo, através da regulação da oferta de serviços sociais, mas também enquanto veículo de fomento ao crescimento económico, à empregabilidade, à formação e à oferta de serviços pessoais de proximidade.

“O fenómeno cooperativo desde sempre associou uma forte vocação social a uma dimensão económica”, enfatiza Deolinda Meira. É sob este chapéu que assenta a actividade das caixas de crédito agrícola mútuo. Ao mesmo tempo que respondem perante uma dimensão económica, ao nível da concessão de crédito, têm igualmente que



Deolinda Meira, professora do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

O sector da economia social tem vindo a afirmar-se como um pólo intermédio de ligação entre o sector privado e o sector público.

DEOLINDA MEIRA

Professora do ISCAP

responder perante uma actividade mutualista, orientando-se para os seus membros, enquanto destinatários principais das actividades destas entidades.

Apesar destas imposições jurídicas, tal não implica que desenvolvam a actividade exclusivamente para quem lhes está directamente associado. Podem também desenvolver actividades com aqueles que não preenchem os requisitos para serem seus membros. Em 2009, do regime jurídico aplicável às caixas sofreu uma alteração que lhes permite desenvolver actividades com terceiros, aquilo que é denominado por mutualidade externa.

Já foi aberta às caixas a possibilidade de terem, por exemplo, associados cooperantes até 35% do número de associados total, que podem ser de outros sectores de actividade. Mediante uma autorização espacial, podem ir até 50%. Será suficiente? Deolinda Meira defende a opinião jurídica de que, “enquanto empresas, as caixas devem estar em condições de competir com outras empresas no mercado”.

Crédito agrícola e economia social

EDUARDO GRAÇA

Mais austeridade obriga a acautelar redes sociais

Cases pede atenção a “prejuízos” e “oportunidades” ligados ao memorando da troika



Eduardo Graça | Sejam quais forem o governo ou as políticas, a rede de apoio de proximidade “não pode romper”, alerta o presidente da Cases.

É preciso salvaguardar que a rede de apoio às franjas mais desfavorecidas da sociedade não será afectada pelas novas medidas de austeridade que aí vêm. Eduardo Graça, presidente da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (Cases), considera que o memorando de entendimento assinado entre a troika o PS, PSD e CDS deve permitir que a economia social continue a desempenhar o seu papel na nossa sociedade. Não para privilegiar alguns dos actores do sector, mas para assegurar que será possível acautelar a coesão social no País. “Os próximos tempos vão exigir um grande esforço de reflexão e da análise dos documentos e dos compromissos que o Estado português vai ter de assumir, para reequacionar o próprio posicionamento do sector face à economia e à sociedade. Estamos conscientes que deste memorando de entendimento vão resultar coisas que de alguma maneira vão prejudicar o sector, mas também podem ser uma oportunidade para a economia social”, afirma Eduardo Graça ao **Negócios**.

Em sua opinião, é preciso que o sector tenha capacidade para formular propostas realistas e credíveis, no sentido de manter um conjunto de

apoios, para que possa continuar a desenvolver a sua actividade. “Não é para manter privilégios de nenhuma das famílias da economia social, mas para permitir que continue a desempenhar o seu papel na nossa sociedade”. Refere-se Eduardo Graça ao trabalho em rede desenvolvido por autarquias, IPSS, misericórdias, cooperativas, “todo um conjunto de organizações que funcionam como uma espécie de porta aberta para resolver problemas de cidadãos e famílias”.

Para o presidente da Cases, esta rede “é fundamental no nosso país e é uma das razões para que até hoje não tenha havido nenhuma convulsão social em Portugal”. Tal como adianta, existe uma acomodação natural das pessoas em relação aos problemas, que em grande parte é favorecida pela acção destas organizações de economia social. “Esta rede não pode romper. Seja qual for o governo ou a política. Esta rede que propicia apoios de proximidade em relação aos cidadãos em situações de dificuldade é absolutamente imprescindível para efeitos de manter a coesão social”.

Iniciativas da Cases

É a pensar na necessidade da não ruptura desta rede que o dirigente vê

a iniciativa a desenvolver, em conjunto com o crédito agrícola, “através de um programa nacional de microcrédito, que está agora a dar os primeiros passos e que em breve vai aparecer publicamente de uma forma mais efectiva”.

Mas a Cases tem outras acções na calha, em conjunto com o Instituto Nacional de Estatística. O objectivo, adianta Eduardo Graça, é promover “uma verdadeira exposição da realidade e da importância deste sector do ponto de vista estatístico”, através da criação do observatório de economia social.

“Estamos, no fundo, a criar instrumentos de apoio, que permitam fortalecer o sector e dar-lhe mais visibilidade, e instrumentos fundamentais para que a própria sociedade e os próprios poderes o possam reconhecer”, argumenta o presidente da Cases, sustentando que esta última iniciativa tem como objectivo dar voz ao sector.

“Até hoje, mesmo no plano estatístico, existe uma situação de omissão de dados que sejam suficientemente credíveis para que o sector da economia social se possa afirmar junto dos poderes e da opinião pública. Esse é um dos grandes objectivos que perseguimos”, conclui.

Cases: quando o saber e o músculo se juntam

A Casa Cooperativa António Sérgio (Cases), sucessora do Instituto António Sérgio, é a entidade que em Portugal congrega a acção do Estado com o conjunto alargado de organizações da economia social – confederações cooperativas, união de mutualidades, união das misericórdias e também o Conselho Nacional para a Economia Social.

Segundo Eduardo Graça, presidente da Cases, é propósito da instituição que lidera “fortificar o sector e capacitá-lo, quer do ponto de vista dos seus

Queremos ligar o músculo ao pensamento, para que a economia social possa fortalecer-se.

EDUARDO GRAÇA

Presidente da Cases

recursos humanos, quer do ponto de vista do trabalho para propiciar novos instrumentos de intervenção”.

Um dos grandes objectivos da cooperativa, argumenta o seu líder, “é reunir numa mesma direcção os esforços e os recursos das organizações que estão no terreno”, com as organizações ligadas ao sector financeiro e que têm uma natureza mutualista ou cooperativa – são os casos do Montepio e das caixas de crédito agrícola.

A estas duas realidades, Eduardo Graça junta-lhe um terceiro sector, o do saber. O mesmo é dizer, a vertente do trabalho académico que tem vindo a ser desenvolvido nas universidades portuguesas no âmbito da economia social.

“No fundo, queremos ligar o músculo ao pensamento, para que o sector possa fortalecer-se em qualidade e com uma dimensão que corresponda às próprias exigências da sociedade. Em particular numa época que se avizinha difícil”, justifica o presidente da Casa Cooperativa António Sérgio.

A VOZ AOS EMPRESÁRIOS

Foram ouvir falar sobre o crédito agrícola e a economia social. São quatro empreendedores e estão em diferentes sectores da actividade económica. Criam riqueza e postos de trabalho e têm algo a dizer



NOME: Rui Garrido
ACTIVIDADE: Agricultor. É proprietário de uma exploração agrícola e dirigente da Associação de Criadores de Ovinos do Sul



NOME: Carlos Mota
EMPRESA: Estaleiros de Peniche
CARGO: Administrador



NOME: António Júlio
EMPRESA: Grupo Auto Júlio
CARGO: Presidente



NOME: Leonel Cameirinha
EMPRESA: Sociedade Agrícola do Monte Novo e Figueirinha
CARGO: Gestor

Que fazer com 120 mil hectares de regadio?

A água está aí, através do Alqueva. Vão estar 120 mil hectares de regadio em pleno Alentejo, à disposição dos agricultores locais. Que fazer-lhes? Rui Garrido, proprietário de uma exploração agrícola no distrito de Beja e dirigente da Associação de Criadores de Ovinos do Sul (ACOS), diz que a pergunta tem suscitado regularmente a realização de debates entre os agentes locais. Mas, porque quanto mais debates houver sobre o assunto tanto melhor, este agricultor acolhe com bom grado o desafio lançado em Beja, para que todo o crédito agrícola alentejano promova um encontro onde o futuro do trabalho e do mundo rural seja discutido. “É um assunto que nos preocupa a todos nós, agricultores. A água já está aí. São 120 mil hectares. Hoje em dia a agricultura na nossa região está difícil, pelo que quantos mais debates e opiniões vierem tanto melhor”, argumenta Rui Garrido.

Dois terços do que produzem é para exportar

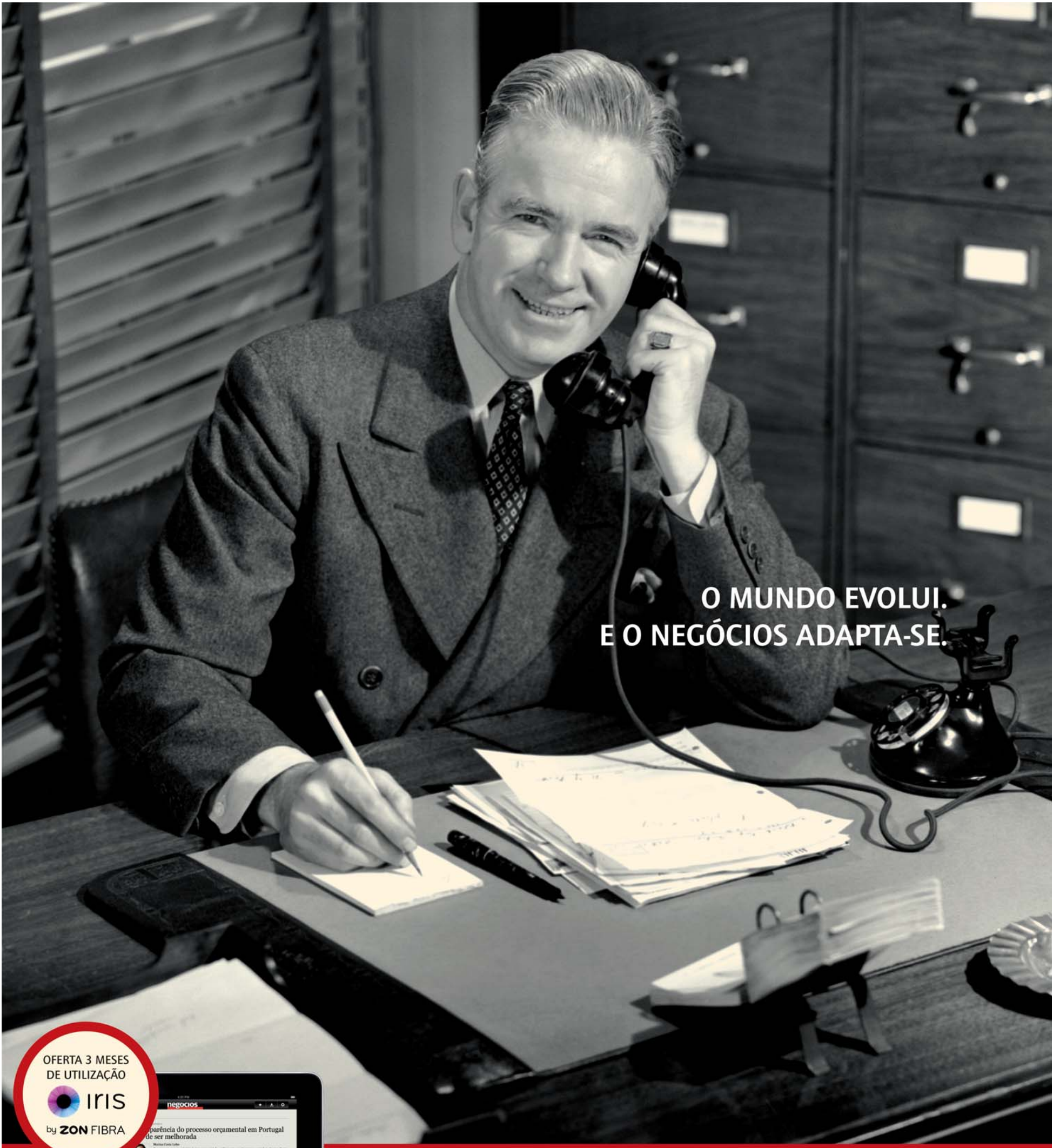
Depois da pesca, a indústria naval. Nada que tenha a ver com agricultura. Mas a porta da instituição bancária cooperativa estava ali ao lado. Carlos Mota, presidente do Conselho de Administração dos Estaleiros Navais de Peniche, reconhece que esse foi um factor importante na relação que mantém com a Caixa de Crédito Agrícola de Caldas, Óbidos e Peniche, “o principal parceiro financeiro” dos estaleiros, afiança. Com um volume de negócios na ordem dos 20 milhões de euros, a componente de exportação dos Estaleiros Navais de Peniche chega aos dois terços das embarcações que fabricam. Além de terem neste momento 210 trabalhadores directos, proporcionam emprego a pelo menos outras duas centenas de funcionários de empresas com quem trabalham em regime de subempreitada. No processo de internacionalização, o investimento já feito em Angola é uma realidade, afiança Carlos Mota.

Emprega 200 pessoas. Factura 80 milhões

É um grupo do distrito de Leiria, factura cerca de 80 milhões de euros por ano e dá trabalho a 200 pessoas. O grupo tem por nome Auto Júlio, porque tudo começou no ramo automóvel e porque quem lhe deu início foi o empresário António Júlio. A proximidade é o factor que aponta como decisivo para manter a sua ligação de cliente ao crédito agrícola, desde há 30 anos. Nos últimos 20, conta, o grupo dedicou-se a edificar uma estrutura empresarial sólida, com uma oferta de serviços diversificada e uma forte implementação no terreno com investimentos em Pombal, Leiria, Caldas da Rainha e Peniche. O grupo de dez empresas nos sectores da comercialização automóvel, dos combustíveis, dos seguros e do imobiliário. António Júlio admite que não limita a sua relação com o sector financeiro à banca cooperativa, mas argumenta que é mais fácil dialogar cara a cara com alguém que conhece desde há muito.

Vinho premiado e azeite que vai até para Itália

O vinho e o azeite produzidos pela Sociedade Agrícola do Monte Novo e Figueirinha já receberam prémios internacionais e têm nos mercados externos parte dos seus clientes. Foi há cerca de 12 anos que Leonel Cameirinha se abalçou neste projecto, depois do recurso ao financiamento do crédito agrícola. Recorreu à instituição pela proximidade e pela familiaridade cimentada ao longo do tempo. Há cerca de 12 anos, decidiu pegar em mais de 300 hectares, na Herdade da Figueirinha, S. Brissos, Beja, para plantar vinha e olival. Foi um projecto construído de raiz, que hoje dá trabalho a entre duas a quatro dezenas de pessoas e que permite uma facturação superior a dois milhões de euros. “Não é grande”, o montante, mas a tendência é para aumentar, diz. Os vinhos que produz são exportados para o Brasil, Estados Unidos, Canadá ou Alemanha. O azeite, até a Itália, um país produtor, o importa. “Temos tido a chance de ganhar bons prémios e estamos a vender 300 mil garrafas de vinho e azeite para uma grande cadeia de distribuição”, conta Leonel Cameirinha.



O MUNDO EVOLUI.
E O NEGÓCIOS ADAPTA-SE.

OFERTA 3 MESES
DE UTILIZAÇÃO
IRIS
by ZON FIBRA



O seu jornal já chegou ao iPad.

Sempre na vanguarda da inovação, o Negócios chega agora ao iPad. A qualquer hora do dia, saiba as principais notícias, com acesso a vídeos e outros conteúdos. Em papel, online, mobile ou no iPad, a imparcialidade e o rigor do seu Negócios.

Acima de tudo

negocios
iPAD

www.negocios.pt